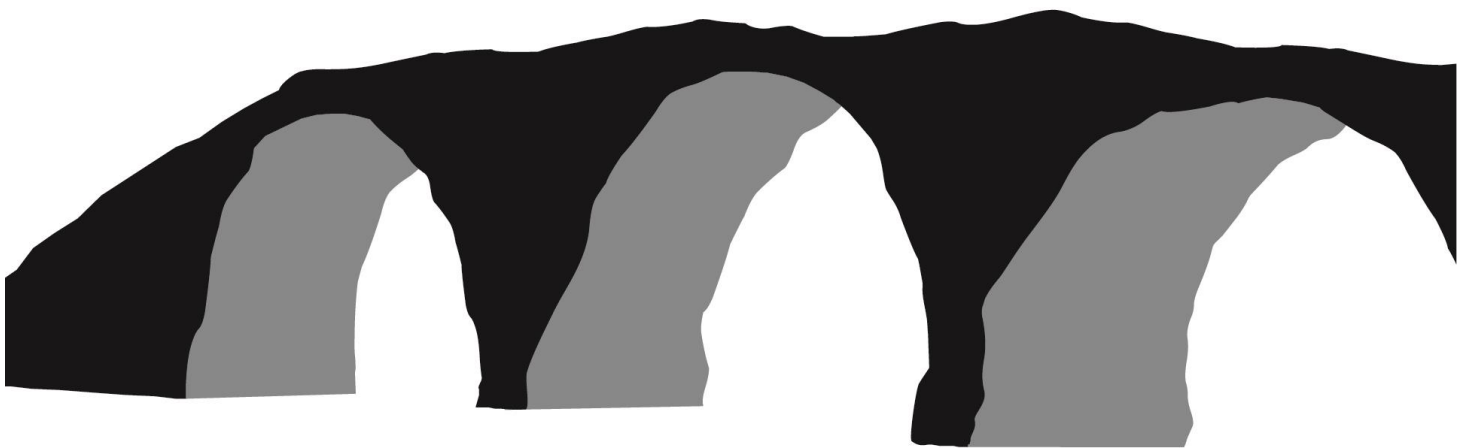


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 10 | Número 1 | Janeiro – Junho 2016
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

ARQUEOLOGIA DOS AFRICANOS ESCRAVOS E LIVRES NA AMAZÔNIA

**ARCHAEOLOGY OF ENSLAVED AFRICANS AND FREE BLACKS IN THE
AMAZONIA REGION, BRAZIL**

Diogo Menezes Costa



Recepción: 17 de mayo de 2016.

Aprobación: 22 de junio de 2016.

ARQUEOLOGIA DOS AFRICANOS ESCRAVOS E LIVRES NA AMAZÔNIA

ARCHAEOLOGY OF ENSLAVED AFRICANS AND FREE BLACKS IN THE AMAZONIA REGION, BRAZIL

Diogo Menezes Costa*

RESUMO

O potencial arqueológico dos sítios históricos com presença Africana na Amazônia brasileira ainda é pouco explorado. Aqui pretendemos apresentar um breve panorama destas pesquisas, começando com os estudos contemporâneos sobre a diáspora e a escravidão Africana na arqueologia; aspectos internos e externos da história Africana na Amazônia; o potencial arqueológico da temática da escravidão e da diáspora Africana na Amazônia; e o cotidiano das comunidades remanescentes de quilombo na área.

Palavras-chave: Africanos na Amazônia, Arqueologia da diáspora, Arqueologia da escravidão, Arqueologia dos quilombos

RESUMEN

El potencial arqueológico de los sitios históricos con la presencia Africana en la Amazonia brasileña es poco explorado. Aquí tenemos la intención de presentar un breve panorama de esta investigación, a partir de los estudios contemporáneos sobre la diáspora y la esclavitud africana en la arqueología; aspectos internos y externos de la historia africana en la Amazonia; el potencial arqueológico de la esclavitud y la diáspora africana en la Amazonia; y la vida cotidiana de las comunidades de cimarrones en la zona.

Palabras clave: Africanos en la amazonia, Arqueología de la diáspora, Arqueología de la esclavitud, Arqueología de los cimarrones.

ABSTRACT

The archaeological potential of the African historical sites in the Brazilian Amazon is little explored. Here we intend to present a brief overview of this research, starting with the contemporary studies on African Diaspora and slavery in the archaeology; internal and external aspects of the African history in the Amazon; the archaeological potential of slavery and the African Diaspora in the Amazon; and the daily lives of maroon communities in the area.

Keywords: Africans in the Amazon, Diaspora archaeology, Slavery archaeology, Maroon archaeology.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Universidade Federal do Pará – PPGA/UIFPA. Rua Augusto Correa 01, Campus Guamá, Belém, Pará, Brasil, CEP 66075.110 dmcosta@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende destacar as possibilidades de pesquisas arqueológicas históricas sobre a presença Africana na Amazônia. Para tanto, primeiro será feito um breve painel sobre os estudos arqueológicos históricos da diáspora e escravidão africanas nas Américas, com especial atenção para o Brasil. Nesta parte, intenciona-se chamar a atenção para a ausência de pesquisas sobre a temática da diáspora e escravidão africana na Amazônia brasileira, mesmo sendo este um tema já a longo tempo investigado em certas partes do continente, e também em várias regiões do Brasil.

Em sequência, será apontado um pequeno histórico da chegada e permanência dos africanos escravizados na Amazônia, partindo principalmente de dados históricos e secundários. São aqui detalhados os momentos e eventos que levaram ao deslocamento forçado destes sujeitos para esta região norte do Brasil, assim como minimamente descrito um pouco do seu cotidiano na área durante o período colonial e imperial. Na terceira parte é explicitada a proposta de pesquisa em desenvolvimento do tema na área, que aborda uma proposta de cartografia da escravidão no norte do Brasil. Onde através da compilação de dados históricos e geográficos, e mais tarde arqueológicos, serão identificados e caracterizados espaços e temporalidades de vivências dos grupos africanos na Amazônia. O presente projeto já possui algumas fases em andamento, entretanto aqui serão expostos somente seus pressupostos teóricos.

Na penúltima parte do artigo é demonstrada a situação atual de alguns grupos afrodescendentes na Amazônia, estabelecendo uma correlação com o seu passado cativo ou liberto, de senzalas ou quilombos. Esta parte é um diagnóstico da situação atual para pesquisas de uma arqueologia dos quilombos na Amazônia. Quilombos estes que mesmo tendo sua presença historicamente marcada pelo grande número de ocorrências na região, ainda não foram proporcionalmente investigados. Por fim, o trabalho encerra com uma pequena reflexão sobre a contemporaneidade e necessidade de uma arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia.

O ESTUDO DA DIÁSPORA E DA ESCRAVIDÃO NA ARQUEOLOGIA

O estudo arqueológico da diáspora africana trabalha com o deslocamento forçado de mais de doze milhões de pessoas para fora da África, e quase metade disso só para o Brasil (Eltis & Halbert, 2008). Com base em uma perspectiva atlântica deste fenômeno, a correlação entre pontos de partida na África e de chegada à América torna-se o carro chefe destas pesquisas. O estudo da manutenção ou mudança das práticas culturais dos grupos transportados, utilizando-se tanto das fontes materiais quanto documentais, acaba regido por uma dicotomia interpretativa com abordagens mais afrocêntricas ou etnogênicas, onde as várias culturas africanas são constantemente perpetuadas e reforçadas ou adaptadas e recriadas. Entretanto, atualmente uma abordagem híbrida ou simbiótica entre estas duas posturas tem sido mais aceita no meio acadêmico, como em outro veículo de investigação que são as manifestações materiais das relações de poder tanto da dominação como da resistência. Outros estudos também são as posturas intermediárias representadas por pardos ou o próprio período pós-escravidão, assim como, o contemporâneo das comunidades afrodescendentes. Fora do Brasil, a arqueologia da diáspora africana também vai trabalhar com estudos sobre outras sociedades africanas

contemporâneas a escravidão na África e a pesquisa de sua cultura material, assim como todas as transformações no continente após o período de contato com os europeus, levando em conta todas as variações culturais, temporais e espaciais. Outro ponto de pesquisa atual da diáspora africana fora do Brasil são também os espaços dos africanos livres como quilombos e comunidades pós-escravidão, racismo e etnicidade, materialidade e espiritualidade, e mais recentemente gênero e política (DeCorse, 1999; Leone *et al.*, 2005; Singleton, 2013; Souza, 2013).

Na América do Norte um dos primeiros países a estabelecer um estudo arqueológico sistemático sobre a escravidão foi os Estados Unidos. Desde a década de 1930 algumas pesquisas sobre o passado afro-americano já ocorriam, porém centradas em uma temática arquitetônica e de forma quase acidental. É somente na década de 1960 e 1970 que pesquisas mais direcionadas sobre senzalas na Flórida e na Geórgia tomam corpo, com a procura pelo registro de uma africanidade ancestral dos afro-americanos seguindo pressupostos processualistas. Como principal exemplo da investigação deste período tem-se as primeiras escavações feitas por Charles Fairbanks em uma senzala da Kingsley Plantation, na Flórida em 1968. Neste período, também vão ser comuns as interpretações pautadas no pressuposto da aculturação, onde a inexistência no registro arqueológico de traços culturais relacionados diretamente com a herança africana era tida também como um processo de esquecimento do seu passado causado por trauma da escravidão. Outros traços deste período inicial é a priorização de investigações no meio rural com o negligenciamento dos espaços urbanos, e a centralidade da temática sobre a vida diária dos escravos e seus marcadores identitários (Singleton, 1995; Ferreira, 2009).

Na década de 1970 a 1980 as diretrizes da consolidada arqueologia processual norte-americana levaram a busca por padrões culturais do que seriam os comportamentos tipicamente africanos nos vestígios. Neste período, os estudos em cemitérios acabam sendo um dos primeiros espaços de investigação, por arqueólogos que em maioria provenientes da pré-história, procuravam nos enterramentos elementos estáticos que possibilitassem revelar sobre a vida dinâmica dos indivíduos. As cerâmicas são outro campo de estudo que também desponta neste período, onde por certo tempo ocorre à discussão se um determinado tipo de cerâmica identificada como *colonoware* era de origem africana, indígena ou um híbrido. Na década de 1990, algumas críticas marxistas buscam no estudo do poder o entendimento das relações entre os senhores e escravos, mas ainda pautadas na visão de mundo unidirecional e hierárquica. No mesmo período abordagens pós-processualista da materialidade também estabelecem esta como um meio de troca e manifestação cultural, e o campo do ritual também é explorado com achados que correlacionam determinados símbolos às práticas culturais específicas, assim como, o tema contemporâneo do racismo que também passa a ser discutido na arqueologia de forma mais crítica (Orser Jr., 1998; Symanski, 2014).

Na América Central, vários são os exemplos de pesquisas arqueológicas realizadas sobre a temática da escravidão nas ilhas do Caribe, no entanto a grande maioria delas foi sempre realizada por grupos estrangeiros. Como pesquisadores endógenos, podemos citar as investigações realizadas principalmente na região de Cuba, pesquisas estas que não ficaram somente centradas na escravidão africana, mas também na indígena. Como local de estudo destes pesquisadores vamos encontrar primeiramente as habitações e os cemitérios, depois os engenhos de açúcar e as fazendas de café, e mais tarde a inclusão também dos *cimarrones* ou quilombos. Quanto aos tipos de investigação, primeiro vão ser privilegiados os elementos correspondentes a vida cotidiana dos escravizados em contraposição as informações na documentação escrita, e mais tarde as manifestações espirituais em correlação com grupos indígenas e mestiços, assim como o lazer,

trabalho e comércio. Esta prática de estudos começa a torna-se mais metódica após a década de 1970, e após a década de 1980, começa também a ser empregada na reconstrução etnohistórica de assentamentos fundados por escravos fugidos (Domínguez, 1986; Corzo, 2005; Domínguez & Funari, 2008; Domínguez, 2009; Lara, 2011).

Na América do Sul, com exceção do Brasil, poucos países conduziram uma pesquisa arqueológica mais sistemática sobre o passado do africano escravizado, até porque a centralidade sempre foi dada ao indígena escravizado. Na Colômbia, pesquisas específicas sobre a espacialidade e cultura material de comunidades remanescentes de quilombo também são conduzidas, como as investigações arqueológicas, históricas e antropológicas sobre São Basilio Palenque. Outra exceção é nos trabalhos realizados na Argentina, mais precisamente em Buenos Aires onde certos vestígios arqueológicos relacionados a práticas alimentares, segregação espacial, manifestações religiosas e espaços de trabalho foram conduzidos. Em sequência, também temos as pesquisas conduzidas sobre os vestígios materiais destas ocupações, como os restos cerâmicos e sua comparação com elementos iconográficos de origem africana. No Uruguai também ocorreram algumas investigações em espaços ocupados por escravos, ou mesmo sobre a cultura material atribuída como é o caso dos cachimbos cerâmicos (Schávelzon, 2003; Ceruti, 2012; Mantilla Oliveros, 2012).

No Brasil, os estudos sobre a cultura material dos escravos já vem ocorrendo desde a década de 1960, porém sob o olhar de pré-historiadores que viam nestes artefatos um exemplo da miscigenação na sociedade brasileira marcado pela abordagem historiográfica¹. As pesquisas específicas sobre sítios arqueológicos de ocupação africana no país, só começaram na década de 1970 e 1980 com investigações no Vale do Jequitinhonha, Serra da Canastra e Quilombo do Ambrósio em Minas Gerais. Na década de 1990 o Quilombo dos Palmares em Alagoas também foi objeto de estudo, já as pesquisas sobre quilombos prosseguem na década de 2000 e 2010 no Rio Grande do Sul, Sergipe, Mato Grosso e São Paulo. Enquanto as senzalas começam a serem investigadas na década de 1990 no Rio de Janeiro, e na década de 2000 as pesquisas se ampliam para regiões do Sul, Centro-Oeste e Nordeste, e só na década de 2010 começam a ocorrer de forma mais sistemática no Norte do Brasil. Hoje, a procura pela cultura material ligada a grupos africanos e afro-descendentes também se diversifica para outros contextos, como espaços urbanos, lixeiras coletivas, unidades domésticas, arraiais de mineração, fazendas de café, gado e charque, cemitérios, paisagens e portos. Assim como a multiplicidade de abordagens que tem surgido, desde os olhares inter, multi, pluri e transdisciplinares até profusão de novas fontes de investigação (Agostini, 2013b; Symanski & Gomes, 2013; Symanski, 2014).

No nordeste do Brasil, durante certo tempo, foram conduzidas as principais pesquisas sobre o tema da escravidão no país tendo como principal foco o Quilombo dos Palmares, um assentamento de escravos fugidos do início até o final do século XVII e localizado na serra da Barriga, atual estado de Alagoas. As pesquisas arqueológicas na área começaram a ser desenvolvida em 1991 por Pedro Funari e Charles Orser, com direção também de Michael Rowlands. Em 1992 ocorreram duas etapas de campo, onde foram realizadas algumas trincheiras e quadrículas buscando adquirir informações sobre o cotidiano do quilombo.

¹ A historiografia da escravidão no Brasil foi marcada por três momentos distintos: um primeiro até a década de 1960 caracterizado como os estudos genéricos sobre a escravidão, o segundo após a década de 1960 classificado como um debate teórico sobre o escravismo, e o terceiro a partir da década de 1980 com um enfoque mais voltado à própria vida dos escravos. PROENÇA, W. D. L. 2007. Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos. In *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior"*. Gráfica UNESP, Assis - SP.

Identificados 14 sítios na área, com exceção de um, todos continham vestígios arqueológicos do período histórico e material associado também com ocupação indígena. Em 1996 e 1997 a área é novamente pesquisada, agora por Scott Allen que identifica o padrão de assentamento na área, estabelecendo uma cronologia de ocupação, desde períodos pré-coloniais até o presente. Entretanto interpretações conflituosas sobre os achados ainda permanecem, sendo ora classificados como um elemento de integração entre culturas e/ou de distinção social entre grupos. Entretanto, no nordeste outras pesquisas sobre o cotidiano de grupos africanos escravizados também vem sendo realizadas, e como exemplo podemos citar o trabalho de Scott Allen na senzala do Engenho Monjope em Pernambuco, que mesmo sendo pesquisado desde 2004, foi somente em 2011 que escavações arqueológicas objetivaram o trabalho escravo. Procurando entender as dinâmicas socioculturais dos grupos escravizados, a senzala do engenho vem sendo pesquisada através de estudos arquitetônicos, geofísicos e arqueológicos (Funari, 1996; Allen, 2000; Funari, 2001; Funari & Carvalho, 2005; Allen & Moura, 2011).

No sudeste do Brasil, estudos arqueológicos que envolvem o tema da escravidão já ocorrem há longa data. Como pioneiro nos trabalhos que envolvem quilombos temos Carlos Guimarães, que em Minas Gerais investigou alguns assentamentos de escravos fugidos como o Quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais. As pesquisas sobre a escravidão africana no sudeste também se estenderam para pesquisas em senzalas de fazendas cafeeicultoras e mineração de ouro, assim como o espaço urbano. Como exemplo impactante da investigação sobre a escravidão nas cidades, temos o trabalho desenvolvido no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, por Tania Lima. O Cais do Valongo foi o maior porto e chegada de escravos do Brasil durante a primeira metade do século XIX, sendo aterrado posteriormente para construção do Cais da Imperatriz. Pesquisas sobre a escravidão no sudeste se estendem além de Minas Gerais e Rio de Janeiro, incluindo também São Paulo e temas com o tráfico ilegal de escravos ou mesmo hibridismo social. Como outro exemplo, as investigações realizadas por Camilla Agostini sobre a cultura material escrava, demonstra toda esta dimensão. Em seu trabalho sobre os cachimbos cerâmicos Agostini faz uma associação deste tipo de vestígio arqueológico com aspectos da resistência escrava e etnicidade, identificando regularidades e regionalismos nos objetos encontrados e através de documentos escritos e iconográficos (Agostini, 1998; Agostini, 2009; Agostini, 2013a; Lima, 2013; Guimarães *et al.*, 2013).

O centro-oeste brasileiro também é marcado por pesquisas sobre os africanos escravizados, tendo os estados de Goiás e Mato Grosso como os principais palcos. Em Goiás, Marcos Souza investiga as dinâmicas da paisagem na escravidão ocorrida em um engenho em Pirenópolis, explorando tanto a arquitetura das estruturas quanto a relação espacial da casa grande e senzala. Em outra pesquisa na região, Gislaiane Tedesco também identifica na cerâmica vilaboense traços africanos que em conflito com a narrativa local a qual atribui uma herança indígena aos potes demonstra uma segmentação da memória entre a população. No Mato Grosso, Luiz Symanski discute a interseção religiosa entre o passado e o presente nos engenhos da Chapada dos Guimarães, onde através da exumação da cultura material em contexto foram observadas táticas de manutenção e subversão religiosas dos escravos. Em outro estudo conduzido por Symanski e Hirooka, a população escrava de um engenho no Mato Grosso também é detalhada. Combinando fontes documentais e arqueológicas os pesquisadores chegam ao cotidiano familiar de manutenção étnica e religiosa dos grupos escravizados. Entretanto, é na pesquisa combinada de Souza e Symanski que vamos ter a maior contribuição dos dados coletados sobre escravidão no centro-oeste, onde o estudo sobre a cerâmica local demonstra uma forte correlação entre as técnicas decorativas e a variabilidade étnica e social dos africanos escravizados

introduzidos na região (Souza, 2007; Symanski, 2007; Souza & Symanski, 2009; Symanski & Hirooka, 2013; Tedesco, 2013).

Por fim, no sul do Brasil também ocorrem pesquisas sobre a escravidão. No Rio Grande do Sul pesquisas em quilombos rurais e urbanos vêm acontecendo de forma esporádica já há algum tempo em Porto Alegre e no entorno, entretanto uma investigação mais sistemática só vai acontecer com o projeto Pampa Negro coordenado por Lúcio Ferreira, em Pelotas. As pesquisas ocorrem em uma área que foi produtora de charque para exportação de forma comunitária, e desenvolve-se através de escavações arqueológicas e também sobre documentos de época como anúncios de jornais. Em Rio Grande, a questão portuária e a escravidão também são investigadas por Beatriz Thiesen junto à outra charqueada. Em Santa Catarina, as ações são tanto de pesquisas em cemitérios, senzalas e quilombos e assentamentos urbanos pioneiros, como aplicadas junto às comunidades remanescentes. No Paraná, a arqueologia da presença africana escravizada começa já na década de 1990, e segue em espaços urbanos e públicos (Comerlato, 2005; Nascimento, 2007; Anjos & Ferreira, 2011; Thiesen *et al.*, 2011; Borba & Bandeira, 2013).

Como vimos, a arqueologia da escravidão e da diáspora tem sido realizada de forma sistemática em várias partes da América e do Brasil. Entretanto no norte do Brasil, mais especificamente na região Amazônica o estudo da presença Africana tem sido pouco realizado, salvo as pesquisas pioneiras realizadas por Napoleão Figueiredo, Anaíza Vergulino, Vicente Salles, e mais atualmente por Rosa Acevedo-Marin, Edna Castro, Patricia Sampaio e José Neto, entre outros. Circunscritas aos campos da antropologia e da história essas iniciativas começaram e continuaram o desvelamento de um passado amazônico até então ignorado e desconhecido, e que na concretude material não foi ainda totalmente explorado. Desta forma, as investigações arqueológicas sobre a diáspora e a escravidão africana na Amazônia não são só um tema instigante, mas também necessário frente a um rico acervo que se encontra ainda sendo aos poucos descoberto². Portanto, as perguntas que se fazem hoje são: por que e como presença africana na Amazônia começou, quando e onde esta se deu, e principalmente por quais transformações passou?

A HISTÓRIA DOS AFRICANOS NA AMAZÔNIA

Segundo a historiografia oficial vários foram os fatores que não propiciaram a aplicação de mão de obra africana na Amazônia, como: abundância de mão de obra indígena, predominância dos produtos extrativistas, baixo potencial dos colonos, solo inadequado para monocultura, ou a falta de metais. Estes fatores levaram a um dito “retardamento” na concentração da mão de obra africana na Amazônia até pelo menos a segunda metade do século XVIII, transformada somente pelo impacto das políticas pombalinas sobre a mão de obra indígena, e a inserção dos produtos da região no comércio globalizado. Entretanto, a inserção de mão de obra africana escravizada na Amazônia ocorre de forma lenta já no final do século XVI e início do século XVII na costa do Amapá e na foz do Amazonas. Esta ação promovida pelos Holandeses e Ingleses tinha por objetivo o trabalho compulsório na indústria açucareira incipiente e clandestina, e portanto pouca descrita em

² Como trabalhos pioneiros nesta temática na Amazônia têm: a dissertação de Iberê Martins intitulada “Arqueologia e Etnicidade na Amazônia Oriental: O caso do Engenho Murutucu em Belém do Pará” defendida em 2015; a dissertação em andamento de Everaldo Júnior sobre vidros lascados encontrados no contexto da senzala; e os projetos de mestrado de Cristiano de Jesus e Lairisse Costa incluindo pederneiras e cachimbos também do mesmo contexto, todos sob orientação no PPGA/UFPA.

documentos oficiais da época. Outro emprego no período vai ser também nas missões religiosas, que no empenho de proteger o “seu” gentio, empregam os escravos vindos da África de forma autônoma e fora do controle do governo. Porém, é só no século XVII que três fatores vão propiciar a vinda em massa de africanos escravizados na Amazônia, e desta vez patrocinada pela coroa portuguesa: [1] a epidemia de varíola que elimina boa parte da mão de obra indígena no final dos seiscentos, [2] o uso por parte da coroa portuguesa do “modelo” do Estado do Brasil para o desenvolvimento com base para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, [3] e por fim a criação das companhias de comércio de africanos escravizados do Cacheu, Maranhão e Grão-Pará. Tudo isso para atender uma recorrente demanda por mão de obra escrava feita pelos colonos da região (Chambouleyron, 2006b; Fonseca, 2011a; Sampaio, 2011).

Segundo Salles (2005), três modalidades coexistiram no tráfico de almas da África para a Amazônia, sendo elas: os assentamentos realizados pela coroa, o monopólio ou estanque conduzido pelas companhias, e o comércio interno e contrabando dos comboeiros particulares. O assentamento teve início já em meados do século XVII, com o patrocínio da Fazenda Real aos contratos de particulares para importação de mão de obra escrava da África, que neste período vai traficar africanos escravizados principalmente da porção ocidental da África, fundeando suas operações na Costa da Guiné. Porém, é só com a criação da Companhia Geral do Maranhão em 1682, que a coroa portuguesa realmente tenta regulamentar esta prática, contudo os altos preços das peças e uma revolta no Maranhão³ acabam por findar o empreendimento já em 1684. Um novo empreendimento, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, é então fundada em 1755 pelo Marques do Pombal e seu irmão residente no Pará, Mendonça Furtado. Esta companhia introduziu até 1778 um número expressivo de cativos, vindos de diversas nações, principalmente da porção central da África, mais precisamente da região de Angola.

Cabe lembrar também que antes, entre e depois das companhias amazônicas, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde também tomou a frente do tráfico para a capitania do Grão-Pará e Maranhão por diversas vezes. Por fim, temos as revendas internas e o próprio contrabando realizado por particulares que não tinham capital suficiente para a importação, mas controlavam as rotas para os escravos comprados a ouro no centro oeste, ou de revenda dos escravos rejeitados do nordeste, principalmente via o porto de Turiaçu até pelo menos o início do século XIX. O número de africanos escravizados na Amazônia é ainda impreciso, e muitas são também as suas nações. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão chegou a trazer durante seu período de operação o número aproximado de 25.000 africanos escravizados, sendo que deste montante em torno de 15.000 se fixaram na região, sendo os outros levados para a capitania do Mato Grosso via rio Tapajós e Guaporé. Entretanto, o número pode ser bem maior se somarmos a isto o tráfico antes e depois das companhias, podendo chegar à quantidade de 50.000 a 150.000 africanos escravizados na Amazônia durante o período colonial e imperial⁴ (Coimbra, 2003; Salles, 2005; Neto, 2012).

A presença negra na Amazônia vai se configurar em um fato não tão irrelevante como julga parte da historiografia oficial, mesmo tendo um número inferior a outras praças do Brasil. Os africanos escravizados na Amazônia vão chegar a ocupar quase 50% da população durante o final do século XVIII e início do XIX; e

³ A Revolta dos Bakman foi um levante popular na cidade de São Luís em 1864 que teve como um dos alvos a Companhia de Comércio CHAMBOULEYRON, R. 2006a. “Duplicados Clamores” Queixas e Rebeliões na Amazônia Colonial (Século XVII). *Projeto História*, vol. 33: 159-178.

⁴ Conforme dados recentes entre 1680 e 1846 foram enviados para a Amazônia um total de 162.702 africanos escravizados sendo que destes 142.231 chegaram aos portos do norte do Brasil. ELTIS, D. & HALBERT, M. 2008. Análise do Tráfico de Escravos 2010. *Voyages: Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>> acesso em: novembro de 2015.

no final do século XIX este contingente vai concentrar-se em centros urbanos como Manaus e Belém. O papel do escravo na sociedade amazônica incluía desde os mais variados serviços domésticos como: cozinheiras, ama secas, camareiras, e serviços públicos como: segurança, transporte, construção, e limpeza; até as atividades de ganho ou aluguel como: ferreiros, sapateiros, carpinteiros, lavadeiras, vendedoras, e artistas; incluindo também a mendicância e prostituição. Entretanto, sua principal atividade na região era a agrícola, especialmente nos engenhos de cana de açúcar, na pecuária das missões religiosas ou nas fazendas de cacau, assim como eventualmente nas minas. Por outro lado, os ex-escravos ou libertos também estabeleciam relações em outras esferas da sociedade, como o convívio com os indígenas nas obras públicas como palácios, igrejas, fortes, e cemitérios. Já no final do século XIX, vamos encontrar também outra categoria de trabalho compulsório na Amazônia, os africanos “livres”, que mesmo após o fim do tráfico eram ainda propriedade do império (Sampaio, 2007; Figueiredo, 2008; Sampaio, 2013).

Além do trabalho compulsório a ação do africano na sociedade colonial e imperial era também de resistência, seja através de fugas que muitas vezes eram empregadas somente como uma forma de readequação do seu lugar na própria sociedade, ou para a manutenção de laços familiares com membros distantes; ou com a compra de suas alforrias, que também muitas vezes eram cedidas pelos senhores somente como estratégias de manutenção da propriedade. Outras formas de resistência também se encontravam no espaço religioso, das Irmandades do Rosário e nas festas do Espírito Santo, ou no espaço mundano, das “casas de feitiçaria” e “despachos de encruzilhada”, que em combinação com elementos indígenas exerciam poder sobre a população. Porém, a maior forma de resistência à escravidão era a formação de quilombos ou mocambos, muitas vezes também em conjunto com indígenas e outros degredados. Os quilombos no norte do Brasil começam a surgir já desde o período colonial, porém seu aumento definitivo ocorre no final do século XVIII, e o grande impulso vem no século XIX. Por outro lado, com o fim da escravidão quase eminente o controle dos senhores na Amazônia sobre os escravos tornam-se também mais acentuado, seja pelo elevado custo que estes começam a ter após o fim do tráfico em 1850, ou pela procura do mercado interno para os cafezais do sudeste (Figueiredo, 2008; Cavalcante & Sampaio, 2012).

POR UMA CARTOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO NORTE DO BRASIL

Entre as rotas utilizadas para o transporte de africanos escravizados para a Amazônia temos a da Guiné nos séculos XVI e XVII e da Mina no século XVIII, sendo substituídas por rotas internas no século XIX (Anjos, 2014). Quanto aos grupos trazidos, vão ser transportados tantos de ascendência Sudanesa como: Mina, Mali [ou Mai ou Mandiga], Fula, Fulupe [ou Fulupo], Bijojó [ou Bixapô]; quanto Bantos como: Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Macua e Caçanje. Durante todo o século XVII o tráfico de africanos escravizados entre o Maranhão e a Costa da Guiné era constante, sendo feito não só por Portugueses, mas também por Holandeses e Ingleses. Em meados do século XVIII africanos escravizados começam a ser regularmente transportados diretamente para Belém, vindos de Bissau e Cacheu na África Ocidental, inclusive com a criação em 1771 de um pátio de desembarque de escravos⁵. No século XIX o

⁵ O primeiro Pelourinho de Belém ficava onde hoje é o Largo da Matriz, mas em meados do século XVIII foi transferido para a Praça do Pelourinho que localizava-se em um embarcadouro na Rua da Praia, onde mais tarde veio ser instalada a feira do Ver-O-Peso. SOARES, E. N. 2003. *Largos, Coretos e Praças de Belém*. IPHAN, Brasília.

tráfico se intensifica tanto de Cabinda e Luanda na África Central como da Bahia, porém é interrompido durante a Cabanagem⁶. Com o fim do tráfico, o governo para conter a saída dos escravos da província cria uma multa de 100\$000 Réis, e após a abolição, vários outros grupos africanos migram para a Amazônia como os das possessões inglesas, holandesas e francesas das Guianas e do Caribe (Ferreira, 2007).

No Pará a escravidão com mão de obra africana introduzida pelos portugueses pode ser mapeada pela sua presença cronológica em diferentes espacialidades, como: nos engenhos de açúcar na Zona Guajarina e no Baixo Tocantins, nas fazendas de gado do arquipélago do Marajó, nas plantações de arroz e algodão do território do Cabo Norte, nas plantações de cacau do Baixo Amazonas, ou no tráfico legal e ilegal da fronteira com o Maranhão (Neto, 2012). Desta forma, vamos destacar aqui cada uma destas regiões como uma forma de planejamento de investigação, o qual pretendemos aplicar através de um programa mais robusto de pesquisas a ser desenvolvido nos anos seguintes. O que intencionamos com este panorama é mapear através da identificação e caracterização certas unidades investigativas em cada um destes domínios, com o objetivo de comparar as ocorrências e estabelecer correlações de similaridade e diferença entre os prováveis padrões existentes de vestígios arqueológicos.

O principal lugar de presença africana escravizada no Pará colonial e imperial vai ser Belém e seu entorno na Zona Guajarina, principalmente nos inúmeros engenhos e engenhocas de açúcar situados nos rios Moju, Acará, Capim e Guamá. Muitos destes engenhos foram iniciados pelos religiosos já no século XVII, mas após a expulsão das ordens em meados do século XVIII, são transferidos pela coroa para a posse de alguns particulares. O segundo lugar em importância vão ser também os engenhos do Baixo Tocantins no entorno de Cameté e em localidades vizinhas como Baião, Mocajuba, Iguarapé-Miri, Abaetetuba e Barcarena. Outros empregos dos africanos escravizados na região também vão ser nas coletas de canela, cravo e cacau junto com os indígenas e mestiços até final do século XVII, ou nas plantações de cacau a partir da segunda metade do século XVIII. Em terceiro temos a região do arquipélago do Marajó onde os africanos escravizados são também utilizados pelos mesmos religiosos que escravizaram os indígenas nas suas fazendas para criação de gado e cavalos desde pelo menos o século XVII. Na zona dos campos os africanos tornam-se vaqueiros principalmente no final do século XVIII e início do XIX, mas também trabalham nos engenhos de açúcar da região e na coleta de drogas do sertão no final do século XIX, as quais, mais tarde vão ser substituídas pela borracha na zona das florestas do Marajó (Neto, 2012).

No território do Cabo Norte e hoje Amapá o trabalho africano escravizado é usado pelos portugueses principalmente na construção de fortes. Também no século XVIII as plantações de arroz e algodão vão fazer uso desta mão de obra africana escravizada, entretanto nos séculos XVIII e XIX a maior parte desta população vai acabar se concentrando nos centros urbanos de Mazagão e Macapá. Na região do Baixo Amazonas vamos encontrar africanos escravizados sendo utilizados para coleta de cravo, canela, noz-moscada e principalmente cacau nativo no século XVII no rio Tapajós. Sua concentração na área só vai ocorrer nas plantações de cacau a partir da segunda metade do século XVIII e nas localidades de Santarém, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos. Por último, temos a região de fronteira com o Maranhão, que sendo uma das principais portas de entrada dos africanos escravizados na Amazônia, vai ter seu uso centrado nas plantações de café, algodão, mandioca, açúcar e principalmente na criação de gado nas localidades de São Miguel do Guamá e Bragança. Por outro

⁶ Foi uma revolta social na província do Grão-Pará de 1830 a 1840, que deve seu nome ao tipo de habitação usada pela população marginalizada. SALLES, V. 1992. *Memorial da Cabanagem*. Cejup, Belém.

lado, na localidade de Ourém, que servia de entreposto ao contrabando de africanos escravizados do Maranhão, também vamos encontrar certa concentração da população (Neto, 2012).

Todavia, a ação do africano escravizado no Pará não estava somente restrita ao seu cotidiano servil, mas também, em manifestações contrárias ao sistema como revoltas e fugas. A participação de africanos na revolta da Cabanagem na década de 1830 é um exemplo disso, quando na região do Acará, Bragantina, Marajó, Baixo Amazonas e Guamá inúmeros levantes com centenas de escravos enfrentam as tropas governamentais. Por outro lado, as fugas também eram responsáveis pela ida de vários escravos para a região das Guianas, ou mesmo a formação de muitos quilombos e mocambos nas mesmas áreas em que viviam e onde suas redes de solidariedade já estavam estabelecidas. A partir da segunda metade do século XIX, entretanto, estes movimentos se intensificam e muitos fugidos ou libertos vão para os centros urbanos amazônicos, como Belém, Manaus e Macapá (Neto, 2001).

Entre as regiões com maior concentração de quilombos na Amazônia podemos destacar a região de Turiaçu e Gurupi, entorno de Macapá, nordeste do Pará, região Guajarina e rio Tocantins, e no Rio Trombetas e Curiá. A região dos rios Turiaçu e Gurupi na divisa entre o Pará e o Maranhão, foi parte do Pará até 1852 quando fazendeiros da região conseguiram sua anexação à província do Maranhão. Os quilombos deste período vão estar localizados principalmente no vale do rio Maracaçumé, uma região rica em ouro, onde além da mineração praticava-se também a agricultura e pesca. No entorno de Macapá também vamos encontrar a indicação de vários quilombos, como uma parada temporária entre as jornadas dos escravos que fugiam de Caiena em direção à Belém. Usada como justificativa expansionista sobre o Amapá, o evento da República de Cunani⁷ em 1885 e 1902 vai ser um exemplo das intenções francesas sobre a área. No nordeste do Pará vamos encontrar menção ao quilombo do Mocajuba, onde seus habitantes além da agricultura realizavam também furtos a diversos viajantes que atravessavam a área em direção a Belém. Na região Guajarina e no rio Tocantins vários quilombos emergiram, como o quilombo do Mola comandado por uma mulher chamada Felipa Maria Aranha, e o maior da região chamado Caxiú comandado pelo preto Félix que participou ativamente na Cabanagem (Assunção, 1996; Castro, 2006).

Por outro lado, localizados nas “águas bravas”, os quilombos dos rios Trombetas e Curiá se afastavam das áreas navegáveis e povoadas para se estabelecerem nas zonas encachoeiradas dos rios amazônicos. Dificultando assim o acesso e localização, a não ser pelo comércio irregular executado com os regatões⁸, ou pelos caminhos por terra somente conhecidos por seus integrantes. No tempo das festas, cheias e colheitas as fugas tornavam-se mais acentuadas, ocorrendo principalmente à noite. Finalmente ocupando trechos navegáveis e terrenos férteis, os quilombolas construíam habitações espalhadas pela área, mas relativamente próximas por condição familiar ou de segurança. Outra característica era de sua subsistência quase autônoma em relação aos centros urbanos, que diferentemente de quilombos em outras regiões do Brasil não executavam essencialmente uma economia parasitária, de troca ou furto. Os quilombos na região de Óbidos a Alenquer também estabeleciam contatos e conflitos com diversos povos indígenas e com outros escravos principalmente da região das Guianas. Sobrevivendo as investidas do governo que formava diligências com

⁷ Foi uma vila emancipada na fronteira entre o Amapá e a Guiana que tinha sede administrativa em Paris, com selos, moeda e bandeira própria; o evento acabou em um conflito armado entre tropas francesas e brasileiras. SARNEY, J. & COSTA, P. 1999. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Senado Federal, Brasília.

⁸ Tipo de comércio realizado nos rios da região, onde produtos coletados são trocados por produtos manufaturados.

militares e indígenas, os africanos num processo de resistência com deslocamentos ou rendição mantiveram seu modo de vida em diversos quilombos ainda existentes na região norte do Brasil (Funes, 1996; Marin & Castro, 1998).

AS “TERRAS DE PRETO” E AS “TERRAS DE SANTO” NA AMAZÔNIA

A arqueologia dos quilombos se desenvolveu junto com a arqueologia da escravidão e da diáspora africana no Brasil, entretanto no contexto amazônico quase nenhuma pesquisa sobre este tema foi ainda realizada. Como já referido, pesquisas anteriores nos quilombos do Ambrósio em Minas Gerais e de Palmares em Alagoas continuam sendo os grandes referenciais nesta área para o Brasil. A pesquisa no Ambrósio trouxe a tona uma paisagem esquecida, que era preservada somente em documentos históricos que registram seu surgimento e destruição. Por outro lado, Palmares é a representação viva da contemporaneidade, pois a comunidade afrodescendente preservou não só a memória, mas também o interesse em sua pesquisa. Estes dois exemplos, falam de esquecimento e lembrança que permeiam os estudos arqueológicos sobre quilombos no Brasil. Esta prática arqueológica, não é só em um elemento chave para o entendimento do cotidiano de comunidades africanas em território nacional no período colonial e imperial, com todas as suas especificidades de acesso e visibilidade material, mas também como uma ação política de resgate e valorização desta história para seus descendentes hoje (Funari, 1996; Guimarães, 1996; Castaño, 2000; Orser Jr. & Funari, 2004).

O estudo sistemático de quilombos na Amazônia já vem de certa data⁹, porém suas pesquisas têm centrado mais nas áreas da história, geografia e etnografia, enquanto sobre a cultura material pouco tem sido investigado¹⁰. Mesmo que na Amazônia, ou mais especificamente o Pará tenha sido o primeiro estado a reconhecer o título de propriedade de um grupo remanescente de quilombo, como o corrido em Oriximiná em 1995, na comunidade Boa Vista¹¹. Hoje, na Amazônia existem aproximadamente nove mil comunidades remanescentes de quilombo, e no Pará são mais de 400 povoações reconhecidas e registradas, sendo que a maioria está localizada no entorno de Belém, região Guajarina, nordeste paraense, Marajó, Santarém e Óbidos. Como exemplo desta diversidade, vamos destacar algumas comunidades de remanescentes de quilombolas na região.

Próximo a Belém, o quilombo do Abacatal fica no município de Ananindeua as margens do igarapé Uriboquinha, e teve sua origem na herança de terra deixada pelo então proprietário do Engenho do Uríboca o Conde Coma Mello as suas três filhas com uma africana escrava chamada Olímpia. Hoje, no local encontra-se um "caminho de pedras" construído pelos escravos para ligar a casa do Conde ao igarapé próximo. A comunidade é composta por 62 famílias que tiveram somente 15% de sua área regulamentada em 1999, e atualmente sobrevivem da venda de seus produtos aos mercados de Belém (Marin & Castro, 2004; Sirotheau,

⁹ Como referência de estudos específicos sobre o tema podemos citar os estudos de caso sobre quilombos no Pará e Maranhão feito por Flávio Gomes em meados da década de 1990. GOMES, F. S. 2005. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVIII e XIX)*. UNESP, São Paulo.

¹⁰ Salvo algumas exceções como: a dissertação de mestrado de Irislane Moraes intitulada “Do Tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio Arqueológico e Territorialidade Quilombola no Vale do Rio Capim (PA)”; e a tese de doutorado de Clarisse Jacques intitulada “Aqui Já Morou Muita Gente. Arqueologia e Prática de Pesquisa na Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi”; ambas defendidas no PPGA/UFGA em 2012 e 2015 na área de concentração em arqueologia.

¹¹ Junto com mais outras 20 comunidades que buscam o reconhecimento do Estado desde 1989, sendo que em 1996 mais outras duas também receberam o título, Água Fria e Pacoval. COSTA, M. S. D. 2010a. Construção de identidade quilombola na Amazônia brasileira: por uma leitura interdisciplinar da diversidade. *L'Ordinaire des Amériques*, vol. 214: 2-10.

2012). No município de Colares temos outra comunidade remanescente de quilombo, chamada de Cacau e Ovos limitada pelo rio Guajará-Mirim e pelo iguarapé do mesmo nome. Esta comunidade é originária do Engenho de Santo Antonio da Campina, que foi adquirido pelo Barão de Guajará em 1874 com a presença de 58 escravos. Atualmente são 127 pessoas que habitam menos de 100 hectares, “delimitados” pela empresa de exploração de palmito local que é proprietária da área (Mendes, 2006).

Na região Guajarina, no rio Guamá, encontramos a comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira, com 371 hectares formados a partir de herança familiar dos seus antigos proprietários coloniais. Sendo primeiramente chamada de Barreira Antiga, a área era composta por três casarões, dois portos e uma igreja de propriedade da família de Joaquina Vieira Peixoto, a matriarca da comunidade. No local chamado “escadaria” ou “ladeira” próximo ao igarapé Mururé, há somente ruínas de um comércio muito ativo que antes era estabelecido com cidades como Belém e Cametá, através dos regatões que fugiam ao fisco real. As trocas eram com base na produção agrícola e extrativista por produtos industrializados, com mão de obra familiar o produto da comunidade era também coletivo, como a malva¹², tabaco e o arroz (Diniz, 2011).

Em Abaetetuba, existe a comunidade remanescente de quilombo São João do Médio Itacuruçá, junto ao rio de mesmo nome. A comunidade autodefinida como ribeirinho-quilombola recebeu seu título em 2002 e é composta por 222 famílias, além da pesca, coletam açaí, cultivam mandioca, e produzem telhas e tijolos. Além desta comunidade, existem mais sete na área, sendo: Acaraqui, Tauerá-Açu, Arapapu, Arapapuzinho, Genipaúba, e Alto e Baixo Itacuruçá (Cardoso, 2012). No município de Acará no nordeste do Pará, vamos encontrar duas comunidades de remanescentes de quilombo intituladas Itacoã-Miri e Guajará-Miri. No mesmo vale do rio Guamá, acessível a parti do Porto da Palha, estas duas comunidades foram alvo de programas governamentais de incentivo a produção, mas sem uma efetiva conclusão (Oliveira, 2012). No vale dos rios Jambuaçu e Tracoateua, afluente do rio Moju existem 15 comunidades quilombolas provenientes dos canaviais do século XVIII e XIX que existiram na região. O seu território atual ocupa uma área de 21 mil hectares, tendo no centro o “Quadro do Santo”¹³ com igreja, escola, comércio e lazer, e no seu entorno as vilas localizadas na “Terra Firme”¹⁴. Região ocupada a mais de 100 anos e rica em castanheiras, mas que atualmente teve sua geografia bastante alterada pela da construção de um mineroduto por uma empresa multinacional (Fonseca, 2011b).

No baixo rio Capim as comunidades de Taperinha, Nova Ipixuma e Suá-Mirim, desde 2007 buscam seu reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo. Tendo sua história e presença ligadas às ruínas do Engenho Aproaga, de propriedade dos irmãos Chermont de Miranda até o final do século XIX. O Engenho Aproaga teve seu nome em homenagem a uma fazenda em Cayena, e sua implantação próximo ao igarapé Jaiauára onde habitava a família Braga. No contexto do final da escravidão e das revoltas do início da república, muitos ex-escravos permaneceram na área do rio Capim. Neste período o ex-escravo Gil Herculano dos Santos fez um acordo com o filho de Vicente Miranda para doação de terras do antigo canal a sua comunidade. Agora, estas comunidades vivem um cotidiano rural com territorialidade comunal e a presença de um passado materializado em estruturas e artefatos (Barbosa, 2008; Marin *et al.*, 2014). No município de Concórdia do Pará, temos outra comunidade de remanescente de quilombo chamada de Santo

¹² A malva é uma planta herbácea introduzida na América da qual podem ser extraídas fibras similares a juta.

¹³ Área na comunidade onde se localizam as principais estruturas e serviços, praça central.

¹⁴ Dicotomia espacial na Amazônia em contraposição as áreas de várzea ou alagadiças.

Antônio, as margens do igarapé Curuperé. A terra é herança das sesmarias estabelecidas no local entre 1724 e 1824, que com a fuga dos escravos foram formando as comunidades na região. Sem titulação de terra, a esta comunidade se juntam as reivindicações de outras como Curuperé, Curuperazinho, Dona, Campo Verde e Ipanema nas margens do rio Bujaru (Mendes, 2006).

No nordeste do Pará, em direção a Bragança e próximo ao município de Santa Isabel do Pará, no distrito de Caraparu, temos a comunidade remanescente de quilombola de Boa Vista do Itá. O nome Caraparu provém de um quilombo da primeira metade do século XIX no rio de mesmo nome, afluente do Guamá, que recebia vários escravos fugidos de Belém. Esta comunidade em 1999 deu entrada ao processo de legalização fundiária. Conforme a oralidade local as terras foram doadas pelo senhor francês Major dos Santos vindo de Mazagão¹⁵, ao seu casal de escravos Felipe Mariano dos Santos e Maria Madalena da Fonseca. Vivem no local 33 famílias em 12 hectares, sustentando-se através das suas roças e trabalhos esporádicos no entorno (Costa, 2010b). No município de Santa Luzia do Pará, vamos encontrar a comunidade de Jacarequara e que por oralidade remonta a sua existência para antes da vila de Ourém. Outras fontes colocam a sua data de origem por volta da década de 30 do século XIX, tendo como principal motivo o conflito da Cabanagem, que desestabilizando as fazendas e engenhos da região em busca de recrutamento propiciava a fuga dos cativos. Habitam no local em torno de 55 famílias distribuídas em 42 casas, e em mais de mil hectares com título emitido em 2008, sua subsistência é rural com a produção de um pequeno artesanato local (Figueira, 2009; Almeida, 2013).

Distante do continente, no arquipélago do Marajó comunidades quilombolas como Caldeirão, Mangueiras e Pau Furado, preservam uma técnica artesanal de pescada que entra em conflito com a indústria local. Estes grupos são herança de um contingente populacional atingido pela introdução das fazendas de criação de gado no final do século XVIII no arquipélago. E que vivendo a margem destas fazendas no século XIX, vão formar núcleos populacionais como Cachoeira do Arari, Muama, Chaves, Monsaras, Monforte e Salvaterra. As comunidades dos rios Arari e Gurupá, hoje sofrem embates com fazendeiros locais em função da disputa pelos açais da área, exploração de madeira ilegal, introdução de arrozais, ou pelos territórios de pesca. Somando mais de 40 comunidades poucas conseguiram o título de terra, como as de Salvaterra. (Nogueira, 2005; Pacheco, 2010; Marin *et al.*, 2015). Na região de Santarém, conhecido como médio ou baixo Amazonas, vamos encontrar comunidades remanescentes de quilombos como as de Bom Jardim no rio Maicá, Murumrutuba, Murumuru, Tiningu, Arapemã e Saracura, entre outras. Localizadas em áreas urbanas, terra firme, várzeas e nas ilhas, estas comunidades vivem situações de conflito com outros proprietários rurais do seu entorno, e também com o problema de manejo e titulação do seu território. Estas comunidades sobrevivem praticamente do plantio manual para consumo próprio, e da venda de algum excedente, outras atividades de destaque são a pesca e a criação de animais (Amaral, 2009).

Porém, os quilombos mais estudados do Pará encontram-se na região do Alto Trombetas em Óbidos, sendo citados desde o século XIX em correspondências oficiais de militares e cientistas. Os primeiros quilombos que se tem notícia na região são o do Inferno e Cipotema no rio Curiá, destruídos em uma expedição punitiva em 1812. Após 1860 as expedições punitivas foram extintas, e o comércio de tabaco e castanha realizado com a vila de Santo Antonio de Oriximiná acentuado. Em 1871, outros registros apontam

¹⁵ Mazagão foi uma cidade portuguesa transplantada da África para a Amazônia em 1770, por ordem do Marquês de Pombal. VIDAL, L. 2005. *Mazagão: A Cidade que Atravessou o Atlântico* Teorema, Lisboa.

também para os quilombos na região do lago Arapicú – agora Erepecú, chegando a mais de 2.000 almas. E mesmo em 1928, o próprio General Rondon vai encontrar “mocambeiros” ainda sem contato com brancos na região do rio Cuminã, afluente do rio Trombetas. Atualmente, 370 famílias formam comunidades como Abui, Paranã do Abui, Tapagem, Sagrado Coração, Mãe Cué, Jamari, Juquiri Grande, Erepecú e Moura. Produto de fugas, estes quilombos vão buscar nas cachoeiras do antigo Aitapera – rio Trombetas o seu abrigo, durante o período de coleta da castanha e das cheias. Mesmo no período da borracha o crescimento dos quilombos na região foi constante, chegando a formar comunidades com mais de 36 casas próximas aos rios e roçados no interior da mata. A organização política ocorria de forma centralizada, mas participativa, sendo sua representação presente até hoje nas festas como o Aiuê e Marambiré. Ultimamente, estas 32 comunidades enfrentam pressões principalmente pelas políticas ambientais do estado, e por interesses de empresas mineradoras que se estabeleceram na região (Funes, 2000; Júnior, 2008).

Por fim, no estado do Amapá além da área e Santana, na região de Macapá também vamos encontrar um quilombo chamado Curiaú. Originários de escravos trazidos por Açorianos e Mazagonistas três séculos antes para criação de gado, a comunidade teve suas terras reconhecidas em 1998. A comunidade compõe-se de 165 famílias divididas em Curiaú de Fora, de Dentro e Fronteira, que sobrevivem principalmente da extração de açaí e em uma economia rural. Atualmente sofre pressão pelo crescimento da malha urbana da cidade e da criação de uma reserva ambiental no local (Queiroz, 2008). Por outro lado, a fixação de africanos escravizados no estado do Amazonas ocorre principalmente no início do século XX, com a chegada de algumas famílias aos rios Jau e Paunini – também chamado “dos Pretos”, para a exploração do látex. Não que sua entrada na região já não tenha ocorrido desde o período colonial e imperial em municípios como Manaus, Manicoré, Itacotiara, Tefé, Maués, Borba, Silves, Paritins e Barcelos, conforme atestam alguns documentos. A principal comunidade remanescente de quilombo, chamada do Tambor em Novo Airão, é herança de dois casais: Sr. José Maria e Dona Otilia – vindos de Sergipe; e Sr. Isidio Caetano e Dona Severina – vindos do Velho Airão¹⁶. Com certa autonomia esta comunidade se desenvolveu no período da borracha, mas agora sofre com o seu deslocamento compulsório para o espaço urbano frente à criação de uma unidade de conservação na sua antiga área (Júnior, 2007; Júnior, 2010).

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Sobre a contemporaneidade dos estudos de africanidade no geral, algumas questões ainda são latentes em diversas áreas do conhecimento como, o que é alegado por alguns antropólogos e historiadores sobre falta de longa duração das comunidades quilombolas no Brasil. Pois, em sua maioria, os quilombos remanescentes de hoje teriam sido formados a partir do período da abolição, pela doação ou compra de terras por e para escravos, e não desde o período colonial como em outras partes da América do Sul e Central. Entretanto, este tipo de crítica não leva e conta que muitas destas comunidades ditas com constratividade cultural e continuidade temporal, como os Palenqueros na Colômbia¹⁷, os Accompong na Jamaica¹⁸, ou os Saramaca no

¹⁶ Antigo povoado hoje desabitado, fundado em 1694 nas margens do Rio Negro, em período anterior a Manaus. LEONARDI, V. 1998. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Editora Paralelo 15, Brasília.

¹⁷ Os Palenqueros na Colômbia é um coletivo quilombola formado desde as primeiras fugas no século XVII, e que mais tarde foi reconhecido com os tratados assinados com o governo espanhol em 1713 e 1717.

Suriname¹⁹ também sobreviveram através de alianças com o governo colonial, e as que não, como no caso do Brasil foram sumariamente destruídas como o Ambrósio ou Palmares. Outro ponto de discussão levantado também pelos críticos, é que na África desde o período colonial as definições de etnias teriam ocorrido em consequência do contato com o europeu, que procurando um sistema social parecido ao seu, teria criado vários etnônimos que mais tarde foram incorporados pelas próprias populações africanas. Porém, em uma visão oposta a estas críticas está o conceito de etnogenese, que vê mais na função do que na forma, a etnicidade como marcador identitário (O'Dwyer, 2010).

Todavia, com todas estas críticas sendo realizadas é interessante perguntar, para quem são estes estudos? Muitas das pesquisas desenvolvidas sobre arqueologia da escravidão e da diáspora não possuem uma internalização de qual é o público a ser atingido. E isto suscita outra pergunta, o quão útil é um estudo sobre a escravidão e a diáspora africana para os grupos afrodescendentes atuais? Na atualidade quilombolas como os do rio Jambuaçu no Pará, ou os do rio Jaú no Amazonas, buscam desde a década de 1980 os seus direitos. Os primeiros têm enfrentado a invasão de suas terras e ameaças sobre as suas vidas, pela indústria exportadora agro-mineradora. Enquanto os segundo foram expropriados de suas terras pelo próprio governo federal, devido à criação de um parque ambiental e indo assentarem-se em um novo município. Entretanto, o maior desafio destas e outras comunidades é a “regularização fundiária”, que na ausência do poder público ou mesmo com anuência deste, estabelece um intrincado jogo tecnoburocrático a ser vencido. Lutando para se manter ou para voltar, estas tristes realidades são exemplos do cotidiano das comunidades remanescentes de quilombos na Amazônia (Almeida & Marin, 2007a; Almeida & Marin, 2007b).

Por outro lado, muitas destas comunidades ainda possuem vestígios arqueológicos de seus fundadores, como o caso dos quilombos no curso do Erepecuru-Cuminá, que segundo O'Dwyer sobre seu trabalho de campo em 1992/3, expõe:

Entre a cachoeira do Cajual e a foz do Penecura, no lugar onde o relatório de *mme. Coudreau* mencionava a existência de um sítio pertencente a uma das *mocambeiras da fuga* — chamada Figéna —, encontramos vestígios arqueológicos de uma ocupação muito antiga, localizados através do entrecruzamento das informações que liamos no livro dos Coudreau e o conhecimento que os negros possuíam da cobertura florestal de mata virgem e áreas de antigas capoeiras. Ali, identificamos restos de alguardar, fundo de garrafa com inscrição em inglês, ruínas da muralha de um forno, o provável lugar do porto de uma casa onde havia um jenipapeiro e laranjeiras, cacauzeiros e plantas medicinais. A descoberta dessa evidência etnográfica foi considerada decisiva para a aceitação da pesquisa. Tanto que, ao descermos as cachoeiras e visitarmos os moradores das *comunidades* situadas na parte *mansa* do rio, isto é, navegável, eles passaram a falar mais livremente sobre seus antepassados e o que lhes contavam os pais e avós (O'Dwyer, 2002:263).

Contudo é importante notarmos que, a relação histórica das coisas com as pessoas em alguns estudos arqueológicos pode acabar sendo interpretada como um fetichismo direto. Pois, a relação de posse de um determinado artefato pelo indivíduo escravizado, não pode suplantar a própria situação de posse deste indivíduo por outro. Entretanto, o estudo da cultura material dos escravos e senhores não são de todo em vão, pois similaridades e diferenças entre os vestígios, também podem demonstrar as mesmas correlações quanto aos indivíduos, com nestes casos entre senhores, entre escravos, e entre senhores e escravos. Sendo

¹⁸ Os Accompong na Jamaica é um coletivo quilombola que resistiu ao governo colonial Espanhol e Inglês durante as chamadas guerras quilombolas, assinando um tratado de paz com o governo central em 1739.

¹⁹ Os Saramaca no Suriname é um coletivo quilombola de descendentes de escravos fugidos das plantações das guianas inglesas e holandesas no final do século XVII, e que mais tarde vão ser reconhecidos em 1762.

que, os arqueólogos que trabalham com a diáspora africana podem também fornecer evidências sobre os traços ou transformações culturais destes grupos fora da África. Assim como, a temática da própria escravidão que também pode ser objeto de estudo, ou sobre a ação de não permanecer escravo. Enquanto, por outro lado, o estudo de quilombos abre uma perspectiva para pesquisar a cultura material da liberdade, além de relações de poder, econômicas, sociais, políticas e espirituais (Potter Jr., 1991; Orser Jr., 1998; Ferreira, 2009).

Em uso ou abandonados, os locais de vivência dos Africanos na Amazônia como senzalas e quilombos que perpetuam a história destes povos foram materialmente ainda pouco estudados. Não que isto implique em uma fossilização do contemporâneo destas comunidades, atrelando a sua história a um passado material e não sobre a sua autonomia. Mas sim, por outro lado, para revelar o cotidiano de seus antepassados, um dia a dia não descrito nos documentos oficiais como os relatos de viajantes, recortes de jornais, ou inquéritos policiais. Um passado concreto que torna tangível a ocupação Africana de escravos e livres na Amazônia colonial e imperial, que até então é tida como irrelevante na historiografia tradicional. Como parte deste esforço, a proposta de pesquisa apresentada neste texto tem por meta a exploração científica deste passado material, através da aplicação de um conjunto de ações para investigação e interpretação dos vestígios arqueológicos relacionados à presença temporal e espacial dos africanos na Amazônia brasileira.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pelo financiado de partes importantes desta pesquisa, aos editores e pareceristas da revista pelas imprescindíveis contribuições, aos colegas do PPGA/UFGA pela troca de informações.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, C. 1998. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional*, vol. 3: 115-137.
- AGOSTINI, C. 2009. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi*, vol. 10: 39-47.
- AGOSTINI, C. 2013a. À Sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. *Vestígios*, vol. 7: 75-106.
- AGOSTINI, C. 2013b. *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. 7 Letras, Rio de Janeiro.
- ALLEN, S. J. 2000. Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga. In ALMEIDA, L & GALINDO, M.(Org). *Índios do Nordeste: Temas e Problemas*. EDUFAL, Maceió. Pp.245-276.
- ALLEN, S. J. & MOURA, H. 2011. Projeto Arqueológico Monjope: Escavações 2011. *Clio*, vol. 26: 415-425.
- ALMEIDA, A. W. B. D. & MARIN, R. E. A. 2007a. *Quilombolas de Jambuaçu - Moju, Pará*. UEA, Brasília.
- ALMEIDA, A. W. B. D. & MARIN, R. E. A. 2007b. *Ribeirinhos e Quilombolas, Ex-moradores do Parque Nacional do Jaú, Novo Airão, Amazonas*. UEA, Brasília.
- ALMEIDA, R. R. D. 2013. Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta. In *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Natal.
- AMARAL, A. J. P. 2009. Remanescentes das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia - conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença. *Cadernos do CEOM - Políticas públicas: memórias e experiências*, vol. 22: 179-206.
- ANJOS, G. C. D. & FERREIRA, L. M. 2011. Arqueologia da Escravidão em Pelotas. In *XX Congresso de Iniciação Científica. III Mostra Científica*. UFPel, Pelotas.
- ANJOS, R. S. A. D. 2014. Geografia, Cartografia e o Brasil Africano: Algumas Representações. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, vol. Especial Cartogeo: 332-350.
- ASSUNÇÃO, M. R. 1996. Quilombos Maranhenses. In REIS, JJ & GOMES, FDS.(Org). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo. Pp.433 - 466.
- BARBOSA, M. B. C. 2008. *Sistema de uso comum e recursos em comunidades quilombolas no Vale do Rio Capim (PA)*. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- BORBA, F. M. & BANDEIRA, D. D. R. 2013. Estudos históricos e arqueológicos sobre a escravidão no saí (São Francisco do Sul, Santa Catarina). *Revista Memorare*, vol. 1: 95-108.
- CARDOSO, M. B. D. C. 2012. *Saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a educação de jovens e adultos da comunidade de São João do Médio Itacuruçá, Abaetetuba/PA*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.
- CASTAÑO, A. M. M. 2000. Patrimônio Afroamericano em Brasil: Arqueología de los Quilombos. *Arqueoweb: Revista sobre Arqueología en Internet*, vol. 2: 1-15.
- CASTRO, E. 2006. *Escravos e Senhores de Bragança (Documentos Históricos do Século XIX, Região Bragantina, Pará)*. NAEA, Belém.
- CAVALCANTE, Y. O. R. & SAMPAIO, P. M. 2012. Histórias de Joaquinas: Mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). *Afro-Ásia*, vol. 46: 97-120.
- CERUTI, C. N. 2012. Escravos Negros em Santa Fe la Vieja. *Anuario de Arqueología*, vol. 4: 29-38.
- CHAMBOULEYRON, R. 2006a. “Duplicados Clamores” Queixas e Rebeliões na Amazônia Colonial (Século XVII). *Projeto História*, vol. 33: 159-178.
- CHAMBOULEYRON, R. 2006b. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, vol. 26: 79 -114.
- COIMBRA, O. 2003. *Engenharia-militar na Amazônia do Século XVIII: As três décadas de Landi no Gram-Pará*. Prefeitura Municipal de Belém, Belém.

- COMERLATO, F. 2005. A experiência das oficinas de arqueologia e populações de origem africana. *PerCursos*, vol. 14: 2-11.
- CORZO, G. L. R. 2005. Os Espaços da resistência Escrava em Cuba. In FUNARI, PP, ORSER, CE & SCHIAVETTO, SNO.(Org). *Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea*. Annablume, São Paulo. Pp.45-58.
- COSTA, M. S. D. 2010a. Construção de identidade quilombola na Amazônia brasileira: por uma leitura interdisciplinar da diversidade. *L'Ordinaire des Amériques*, vol. 214: 2-10.
- COSTA, M. S. D. 2010b. Práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. In *VI Congresso CEISAL*. Toulouse.
- DECORSE, C. R. 1999. Oceans apart: Africanist perspectives of Diaspora archaeology. In SINGLETON, T.(Org). *"I Too, Am America": Archaeological Studies of African-American Life*. University Press of Virginia, Charlottesville. Pp.132-155.
- DINIZ, R. E. S. 2011. *Territorialidade e uso comum entre os quilombolas de Santa Rita da Barreira em contradição com "políticas de etnodesenvolvimento"*. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- DOMÍNGUEZ, L. S. 1986. Fuentes arqueológicas en el estudio de la esclavitud en Cuba. In HISTÓRICAS, IDC.(Org). *La esclavitud en Cuba*. Editorial Academia, La Habana. Pp.267-279.
- DOMÍNGUEZ, L. S. 2009. La Arqueología de La Esclavitud en Cuba. *Conferencias Divulgata - Simpósio Román Pinã Chàn*, vol. 3: 49-69.
- DOMÍNGUEZ, L. S. & FUNARI, P. P. A. 2008. Arqueología de los Esclavos Africanos e Indígenas en Brasil y Cuba. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, vol. IX: 1-20.
- ELTIS, D. & HALBERT, M. 2008. Análise do Tráfico de Escravos 2010. *Voyages: Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>> Acesso em: novembro de 2015.
- FERREIRA, A. C. 2007. A Influência Africana na Amazônia. *Jornal Virtual*. <<https://blogaiep.wordpress.com/2010/05/08/instituto-internacional-da-lingua-portuguesa-0805/>> Acesso em: novembro de 2015.
- FERREIRA, L. M. 2009. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. *MÉTIS: história & cultura*, vol. 8: 267-275.
- FIGUEIRA, Y. L. V. 2009. *Condições de saúde das crianças de 0 a 5 anos de idade da comunidade quilombola de Jacarequara no Pará*. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém.
- FIGUEIREDO, A. N. 2008. Presença africana na Amazônia. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III: 119-124.
- FONSECA, D. R. D. 2011a. O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia. *Revista veredas amazônicas*, vol. 1: 1-14.
- FONSECA, H. B. 2011b. *Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade*. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- FUNARI, P. P. & CARVALHO, A. V. 2005. *Palmares, Ontem e Hoje*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- FUNARI, P. P. A. 1996. A Arqueologia de Palmares: Sua Contribuição para o conhecimento da cultura Afro-Americana. In REIS, JJ & GOMES, FDS.(Org). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo. Pp.26-51.
- FUNARI, P. P. A. 2001. Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos palmares. *Revista de História Regional*, vol. 6: 11-38.
- FUNES, E. A. 1996. "Nasci nas Matas, Nunda Tive Senhor": Histórias e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In REIS, JJ & GOMES, FDS.(Org). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo. Pp.467-97.
- FUNES, E. A. 2000 Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas. In *Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas*. ARQMO e CPI-SP, Oriximiná.

- GOMES, F. S. 2005. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVIII-XIX)*. UNESP, São Paulo.
- GUIMARÃES, C. M. 1996. Mineração, Quilombos e Palmares. Minas Gerais no Século XVIII. In REIS, JJ & GOMES, FDS.(Org). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo. Pp.139-163.
- GUIMARÃES, C. M., MORAIS, C. F. D. & LADEIA, A. L. 2013. Escravismo, arqueologia e capitalismo: Transição e conexão entre dois mundos (Brasil, séc. XIX/XX). *Vestígios*, vol. 7: 107-144.
- JÚNIOR, E. D. A. F. 2007. Quilombos na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de “Comunidades de Pretos” no Complexo Madeira. In *I Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas; II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens*. Salvador.
- JÚNIOR, E. D. A. F. 2008. “Filhos do Rio”: Mocambeiros Do Rio Trombetas. In *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro.
- JÚNIOR, E. D. A. F. 2010. Unidades de Conservação de Proteção Integral e Territórios Quilombolas em Novo Airão, Amazonas. In ALMEIDA, AWBD.(Org). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. UEA Edições, Manaus. Pp.139-152.
- LARA, O. H. D. 2011. La arqueología histórica y el estudio de la esclavitud en el cafetal La Dionisia (Matanzas, Cuba). In RAMOS, M, TAPIA, A, BOGNANNI, F, FERNÁNDEZ, M, HELFER, V, LANDA, C, LANZA, M, MONTANARI, E, NÉSPOLO, E & PINEAU, V.(Org). *Temas y problemas de la Arqueología Histórica*. Universidad Nacional de Luján, Luján. Pp.267-276.
- LEONARDI, V. 1998. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Editora Paralelo 15, Brasília.
- LEONE, M. P., LAROCHE, C. J. & BABIARZ, J. J. 2005. The archaeology of black Americans in recent times. *Annual Review of Anthropology*, vol. 34: 575 - 598.
- LIMA, T. A. 2013. Arqueologia como ação sociopolítica: O caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios*, vol. 7: 177-207.
- MANTILLA OLIVEROS, J. C. 2012. *Una historia contada a múltiples voces. Arqueología histórica de un asentamiento de origen cimarrón en la costa Caribe de Colombia. San Basilio de Palenque, siglos XIX y XX*. Trabajo de grado, Universidad de los Andes, Bogotá.
- MARIN, R. A. & CASTRO, E. 1998. *Negros de Trombetas: guardiões das Matas e dos Rios*. Cejup/UFGA-NAEA, Belém.
- MARIN, R. A. & CASTRO, E. 2004. *No Caminho das Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. NAEA/UFGA, Belém.
- MARIN, R. E. A., FERREIRA, E. R. & MARQUES, F. L. T. 2014. *Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim*. IPHAN, Belém.
- MARIN, R. E. A., TELES, E., CARDOSO, M. D. S. C. & SANTOS, D. B. D. 2015. *Povos Tradicionais do Arquipélago do Marajó e Políticas de Ordenamento Territorial e Ambiental*. Casa 8, Rio de Janeiro.
- MENDES, P. M. 2006. *Segurança alimentar em comunidades quilombolas: estudo comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacaú (Colares), Pará*. Dissertação de Mestrado, NAEA/PPPD, UFGA, Belém.
- NASCIMENTO, C. B. D. 2007. Presença negra na Lapa-Paraná: reconstruindo um passado através da cultura material. In *3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis.
- NETO, J. M. B. 2001. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará - 1840/1860. *Topoi*, vol.: 73-112.
- NETO, J. M. B. 2012. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Paka-tatu, Belém.
- NOGUEIRA, C. S. 2005. *Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará)*. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- O'DWYER, E. C. 2002. Os Quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In O'DWYER, EC.(Org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade /, organizadora*. Editora FGV, Rio de Janeiro. Pp.255-280.
- O'DWYER, E. C. 2010. Os quilombos e as fronteiras da Antropologia. In O'DWYER, EC.(Org). *O papel social do antropólogo: a aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil Contemporâneo*. Laced/E-Paper, Rio de Janeiro. Pp.21-34.

- OLIVEIRA, J. B. D. 2012. Comunidades Remanescentes De Quilombo Da Amazônia: O Uso do Território. In *VI Encontro Nacional da Anppas*. Belém.
- ORSER JR., C. E. 1998. The Archaeology of the African Diaspora. *Annual Review Anthropology*, vol. 27: 63-82.
- ORSER JR., C. E. & FUNARI, P. P. 2004. Arqueologia da Resistência Escrava. *Cadernos do LEPAARQ*, vol. I: 11-25.
- PACHECO, A. S. 2010. As Áfricas nos Marajós: Visões, fugas e redes de contatos. In SCHAAN, DP & MARTINS, CP.(Org). *Muito Além dos Campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. GKNORONHA, Belém. Pp.31-70.
- POTTER JR., P. B. 1991. What is the use of plantation archaeology? *Historical Archaeology*, vol. 25.
- PROENÇA, W. D. L. 2007. Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos. In *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior"*. Gráfica UNESP, Assis - SP.
- QUEIROZ, S. 2008. *Território Quilombola do Curiaú e a Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú: interpretações dos conflitos socioambientais pela economia ecológica*. Dissertação de Mestrado, NAEA/PPPD, UFPA, Belém.
- SALLES, V. 1992. *Memorial da Cabanagem*. Cejup, Belém.
- SALLES, V. 2005. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. IAP, Belém.
- SAMPAIO, P. M. 2007. Escravidão e Liberdade na Amazônia notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. In *3 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional* Oikos Editora, Florianópolis- SC.
- SAMPAIO, P. M. 2011. *O fim do silêncio - presença negra na Amazônia*. Açai, Belém.
- SAMPAIO, P. M. 2013. Africanos e Índios na Amazônia: experiências de precarização da liberdade. In CABALLERO, DC, CÉSPEDES, GP & RICARDO TOUS MATA, M.(Org). *América: poder, conflicto y política*. Universidad de Murcia, Murcia. Pp.825 - 840.
- SARNEY, J. & COSTA, P. 1999. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Senado Federal, Brasília.
- SCHÁVELZON, D. 2003. *Buenos Aires negra: arqueología histórica de una ciudad silenciada*. Emecé Editores, Buenos Aires.
- SINGLETON, T. A. 1995. The Archaeology of Slavery in North America. *Annual Review of Anthropology*, vol. 24: 119-40.
- SINGLETON, T. A. 2013. Reflexões sobre a Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. *Vestígios*, vol. 7: 209-220.
- SIROTHEAU, J. L. T. 2012. *Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade de Abacatal (Pará)*. Dissertação (Mestrado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.
- SOARES, E. N. 2003. *Largos, Coretos e Praças de Belém*. IPHAN, Brasília.
- SOUZA, M. A. T. 2013. Introdução: Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. *Vestígios*, vol. 7: 7-19.
- SOUZA, M. A. T. D. 2007. Uma outra escravidão: A paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios*, vol. 1: 59-92.
- SOUZA, M. A. T. D. & SYMANSKI, L. C. P. 2009. Slave Communities and Pottery Variability in Western Brazil: The Plantations of Chapada dos Guimarães. *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 13: 513-548.
- SYMANSKI, L. C. 2014. A Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: Problemáticas e Modelos. *Afro-Ásia*, vol. 49: 159-198.
- SYMANSKI, L. C. & GOMES, F. 2013. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: Perspectivas comparadas em arqueologia e história. *Revista de História Comparada*, vol. 7: 293-338.
- SYMANSKI, L. C. P. 2007. O Domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos Engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios*, vol. 1: 7-36.
- SYMANSKI, L. C. P. & HIROOKA, S. 2013. Engenho Bom Jardim: cultura material e dinâmica identitária em uma comunidade escravizada do Matro Grosso. *Vestígios*, vol. 7: 21-72.
- TEDESCO, G. V. D. L. 2013. Entre a permissão e a interdição do lugar: O passado idealizado na cerâmica da cidade de Goiás. *Vestígios*, vol. 7: 145-174.

- THIESEN, B. V., MOLET, C. D. & KUNIOCHI, M. N. 2011. Charqueada e escravidão em Rio Grande. In 5º *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre.
- VIDAL, L. 2005. *Mazagão: A Cidade que Atravessou o Atlântico* Teorema, Lisboa.